

MOBILIZAÇÃO SOCIAL DE INDÍGENAS NO CONTEXTO DE REAÇÃO À TENTATIVA DE CONTROLE ESTATAL DO TERRITÓRIO NO BAIXO TAPAJÓS, PA

MAURÍCIO RAFAEL CARDOSO MODESTO

(Discente - FACS/IFCH/UFPA)

Prof^a. Dra. KATIANE SILVA

(Orientadora - IFCH/FACS/PPGA - UFPA)



INTRODUÇÃO

Este pôster apresenta dados da versão inicial de um plano de trabalho em andamento através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) em curso pelo edital 06/2018, abordando a temática da relação entre Estado e populações indígenas no âmbito do controle territorial e da resistência dos povos às tentativas de controle.

A importância deste eixo de análise se dá pela necessidade de compreenderem-se os vários processos de controle existentes na relação Estado x indígenas e como esses processos afetam a organização social dos povos envolvidos, e de que forma essa organização acaba por se reordenar de acordo com a necessidade mais recente.

DESENVOLVIMENTO

As várias estratégias de controle praticadas pelos agentes envolvidos nos processos estudados afetam diretamente o cotidiano social, cultural e sobretudo político dos povos do baixo Tapajós. A efetiva necessidade de uma reafirmação identitária numa tentativa de resistir às condutas estatais por parte dessas populações revela a emergência de uma pesquisa antropológica que se debruce sobre tais fatos.

Os objetivos desta pesquisa perpassam, sobretudo, por examinar os casos de emergência étnica ocorridos no estado do Pará no contexto de reação à tentativa de controle estatal do território numa perspectiva central, além de compreender os modos de resistência de povos indígenas frente aos modos de regulação estatal, bem como inventariar as diversas categorias classificatórias sobre os povos indígenas que implicam em violações de direitos.

De fato, se percebe uma forte tendência a inserção de uma certa burocratização no âmbito das relações sociais das populações atingidas pelas tentativas de controle, de modo que o cotidiano dessas pessoas passe a incorporar parte das estruturas legais que constantemente afetam suas práticas socioculturais.

Os vários agentes de controle, bem como suas estratégias, acabam por acionar diversos mecanismos de estigmatização e desconfiança dos coletivos indígenas em sua atividade política de luta por reconhecimento de direitos.

Sempre percebidas, as práticas que se traduzem em tentativas de violação de direitos dos povos indígenas se apresentam num cenário onde percebemos a constante oscilação em dois extremos: a negação e o posterior reconhecimento dos direitos destas populações.

CONCLUSÃO

Como já dito inicialmente, a importância de um trabalho dessa natureza reside exatamente na sensibilidade de se debruçar nas minúcias das estratégias de controle empetradas por diversos órgãos para com as populações do baixo Tapajós.

As práticas de (re)ordenamento do cotidiano e de efetiva organização política desses povos revelam um cenário riquíssimo para a pesquisa antropológica, onde pode-se observar, analisar e compreender uma gama de relações e conflitos entre agentes institucionais estatais e populações indígenas.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Jane Felipe. **Pertenças, territórios e fronteiras entre os povos indígenas dos rios Tapajós e Arapiuns versus o Estado brasileiro**. ANTARES: Letras e Humanidades, América do Norte, 5, mar. 2014

BELTRÃO, Jane Felipe. **Povos Indígenas nos rios Tapajós e Arapiuns**. Belém: Supercores, 2015.

IORIS, Edviges Marta. **Identidades negadas, identidades construídas: processos identitários e conflitos territoriais na Amazônia**. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 11, n. 1,2, p. 219-264, maio 2009.

SILVA, Katiane. **Parente é serpente. Ambientalismo, Conflitos Sociais e Uso de Recursos Naturais no Auatipará, Amazonas**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2015.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **Os conflitos ligados à sobreposição entre terras indígenas e a Resex Tapajós-Arapiuns no Pará**. RURIS. Vol 7, n. 2, set. 2013.